

Em nove países, floresta amazônica perdeu 240 mil km² de 2000 a 2010

Entre 2000 e 2010, a floresta amazônica, distribuída por nove países da América do Sul, perdeu o total de 240 mil km² devido ao desmatamento, o equivalente a uma Grã-Bretanha, de acordo com dados reunidos pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciadas (RAISG), divulgados nesta terça-feira (4) por 11 organizações não governamentais.

É como se, em 11 anos, “sumisse do mapa” área equivalente a quase seis vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro. Os números fazem parte do documento “Amazônia sob pressão”, que reúne informações sobre a degradação registrada ao longo da última década na região englobada pelo bioma.

O documento reuniu dados oficiais de governos que detêm partes da Amazônia. No caso do Brasil, foram usados dados do sistema conhecido como Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), responsável por divulgar anualmente a taxa de devastação do bioma no Brasil.

O relatório mensura ainda possíveis ameaças à floresta, que passa por uma acelerada transformação devido a obras de infraestrutura como hidrelétricas, estradas, além de atividades ilegais como a mineração.

Com isso, segundo a publicação, o ritmo atual de implantação desses tipos de empreendimentos poderia causar, nos próximos anos, o desaparecimento de até metade da selva amazônica atual, que cobre uma extensão de 7,8 milhões de km², cerca de 12 macrobacias, compartilhadas por 1.497 municípios.

“A Amazônia está fortemente inserida num processo de degradação, fragmentação e supressão. Nos últimos 50 anos, uma combinação de novas formas de ocupação tem suprimido essa paisagem por outra, mais seca que homogênea”, explica Beto Ricardo, da ONG Instituto Socioambiental (ISA), coordenador da rede amazônica que elaborou a pesquisa.

Garimpo ilegal localizado no meio da floresta amazônica, na Venezuela. A imagem foi feita em 17 de novembro deste ano durante sobrevoo sobre a região (Foto: Jorge Silva/Reuters)

Garimpo ilegal localizado no meio da floresta amazônica, na Venezuela. A imagem foi feita em 17 de novembro deste ano durante sobrevoo sobre a região (Foto: Jorge Silva/Reuters)

AMEAÇAS E PRESSÕES

De acordo com o levantamento, todas as sub-bacias amazônicas foram afetadas por algum tipo de ameaça ou pressão - construção de estradas, exploração de petróleo e gás, construção de hidrelétricas, implantação de garimpos para mineração, desmatamento e queimadas.

Sobre a construção de estradas, o documento afirma que planos para conectar os oceanos Atlântico ao

Pacífico aceleram a pressão sobre a Amazônia, e que o Peru e a Bolívia são os países que detêm o maior número de rodovias construídas no meio da floresta.

O relatório aponta também que em toda a Amazônia existem 171 hidrelétricas em operação ou em desenvolvimento, além de 246 projetos em estudo. No caso da mineração, as zonas de interesse somam 1,6 milhão de km² (21% do território do bioma), em especial na Guiana. Sobre a exploração de petróleo e gás, atualmente existem 81 lotes sendo explorados, mas há outros 246 que despertam interesse da indústria petrolífera.

Referente às queimadas, o relatório das ONGs diz que o sudeste da Amazônia, entre o Brasil e a Bolívia, concentra a maior quantidade de focos de calor -- a região recebe o nome de "arco do desmatamento". Esta faixa territorial vai de Rondônia, passando por Mato Grosso, até o Pará.

BRASIL É LÍDER NA DEGRADAÇÃO DO BIOMA

O relatório computou dados da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Entre 2000 e 2010, o Brasil foi o principal responsável pela degradação da floresta (80,4%), seguido do Peru (6,2%) e Colômbia (5%). A quantidade é proporcional à área de floresta englobada pelo país (uma participação de 64,3% no território amazônico).

"Apesar dos dados de queda no desmatamento divulgados recentemente pelo governo, o Brasil é o país com maior passivo amazônico, especialmente por conta das estradas e da pecuária extensiva de baixa produtividade, apoiada em milhões de hectares de pastos degradados", explica Ricardo.

Na última semana, o Ministério de Meio Ambiente divulgou que o desmatamento da Amazônia Legal registrou o menor índice desde que foram iniciadas as medições, em 1988.

De acordo com dados do Prodes, entre agosto de 2011 e julho de 2012 houve a perda de 4.656 km² de floresta, área equivalente a mais de três vezes o tamanho da cidade São Paulo. O índice é 27% menor que o total registrado no período entre agosto de 2010 e julho de 2011 (6.418 km²).

Segundo o coordenador da rede amazônica, a degradação no bioma só não é maior graças às unidades de conservação e terras indígenas, que conseguem "frear" a tendência de desmate. "No entanto, elas não resistirão por muito tempo", acredita.

Ele afirma que, com o sistema, deverão ser implantadas rotinas de monitoramento das possíveis pressões e ameaças ao bioma, com o objetivo de aprimorar os dados de degradação de países que não têm um sistema rotineiro de observação, diferentemente do Brasil. "Queremos interagir com outras redes panamazônicas, disponibilizar informações e mobilizar as sociedades civis, além de interagir com os governos", disse Beto Ricardo.

Fonte: Globo Natureza, por Eduardo Carvalho